

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS PARA NEGROS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

GT-6
Karen de Abreu Anchieta
Universidade Estadual de Londrina
[karenaanchieta @bol.com.br](mailto:karenaanchieta@bol.com.br)

Resumo

Este trabalho é o tema de estudo da autora no Mestrado em Educação na Universidade Estadual de Londrina, com a orientação da professora doutora do Departamento de Educação Maria Luiza Macedo Abbud da mesma Universidade. A relevância do mesmo é discutir uma das questões que nos últimos anos vem ocupando cada vez mais espaços de discussões e sendo alvo de grande polêmica, que é a adoção de cotas para negros nas universidades públicas brasileiras. A proposta é de fazer um levantamento dos antecedentes históricos da implantação do sistema de cotas para negros na Universidade Estadual de Londrina (UEL). A UEL já adotou o sistema de cotas para negros, o objetivo é o de colaborar com um levantamento histórico das problemáticas que envolverão esta questão, não cabendo aqui nenhuma posição favorável ou contrária, mas sim uma análise visando perceber as causas, as decorrências e os resultados até o momento advindos da oficialização da implantação do sistema de cotas para negros na UEL. Assim, este trabalho abordará algumas questões que contribuirão para uma compreensão do tema proposto, entre eles estão: um levantamento histórico da formação do sistema educacional brasileiro, pois este desde o seu início foi excludente; a questão das políticas de ação afirmativa adotadas pelo Estado e que acabam implicando na adoção do sistema de cotas; um histórico de como foi o processo que culminou na implantação do sistema de cotas para negros na UEL e outras questões que possam surgir durante a pesquisa e que se façam necessárias suas análises.

Palavras-chave: estratégia de combate à discriminação no ensino superior.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS PARA ALUNOS NEGROS NA UEL.

Justificativa

O intuito do presente trabalho é fazer um levantamento dos antecedentes históricos da implantação do sistema de cotas para alunos negros na UEL, buscando compreender as amplitudes da questão, visto que dados comprovam o reduzido número de alunos negros nas universidades, fato alarmante diante do grande número que forma a população negra no Brasil.

Para tanto, a História da Educação será de grande ajuda, visto que ela é uma fonte inesgotável e fecunda para auxiliar na elucidação de algumas questões referentes ao legado que o sistema educacional brasileiro nos deixou e que acabou sendo gerador

de excluídos. O acesso à escola, principalmente de qualidade, ficou apenas na superfície da sociedade, deixando assim, parcelas da população fora deste mesmo sistema.

Portanto, é de extrema importância buscar entender a formação do sistema educacional brasileiro, que durante o andamento do trabalho será averiguado se fazendo presente quando necessário para que se possa tentar desenhar um panorama de tal formação, que desde o seu início tem se preocupado apenas com uma minoria branca elitizada e com isto acabou gerando vários grupos de excluídos, como é o caso dos negros no Brasil.

Por isso, a preocupação central será a implantação do sistema de cotas para alunos negros na UEL como uma estratégia de combate à discriminação racial na educação. A questão será buscar refletir sobre as razões pelas quais os negros acabam não tendo acesso nas Universidades.

Dentre tantas outras estratégias possíveis para se combater a discriminação na educação, o interesse específico por esse objeto de investigação surgiu em virtude de observações feitas no período de 2003 a 2004, quando a autora atuou como professora de História no sistema público de ensino de Londrina.

Neste período observou-se que a maioria dos alunos negros, de escolas da periferia de 5^A a 8^A séries, nem ao menos almejavam cursar uma Universidade, pois eles já haviam interiorizado que isto era impossível, já que precisavam trabalhar para manter a própria subsistência e da sua família.

Neste contexto, a localização geográfica e a situação econômica são pontos importantes a serem analisados, mas o que realmente chamou a atenção é que a maioria dos alunos pobres, porém brancos, ainda sonhavam com um remoto mas não impossível curso universitário, muitos declaravam que um dia seriam professores. Mas os alunos negros, na sua maioria, não chegavam nem a sonhar com a universidade, consideravam não ser possível nem mesmo terminar o ensino médio.

Observou-se então que, os alunos pobres e principalmente negros, foram impedidos de sonhar, foram acordados de seus sonhos, onde a própria família não permitia que expectativas futuras fossem ambicionadas em relação a uma profissão. O sonho de estudar deveria ser deixado de lado, pois o importante mesmo seria trabalhar desde cedo para ajudar na manutenção da casa.

Outros fatores também interferiam na falta de interesse de alguns alunos negros em cursar uma universidade, como por exemplo: o medo de sofrer com o preconceito, pois desde pequenos já nas séries iniciais, sofreram com o mesmo, de maneira velada ou

explícita. O fato é que muitos acabavam internalizando uma aversão aos estudos, impedindo a "vontade" de prosseguir nos estudos, além de impedir ações favoráveis de participação, lhes tornando crianças e jovens sem atitudes. É claro que não generalizando, existem exceções que dependem muito da posição que os pais e a família destes alunos tomam diante deste problema, pois quando são estimulados a estudar em casa, isto se reflete na escola.

Esta realidade permite questionar as razões pelas quais os negros acabam não chegando às Universidades. A nossa sociedade foi historicamente injusta e excludente para com os negros, mas como propõe Freire (1980), é necessário pensar numa educação que liberte o ser humano em vez de domesticá-lo, o que necessita de uma revisão dos sistemas educacionais e da prática pedagógica.

Em uma mesa redonda que aconteceu no Anfiteatro do CESA na UEL no dia 09.06.2005 intitulado "Sistema de Cotas na Universidade Brasileira", o professor Jairo Pacheco, atualmente pró-reitor da UEL, defendeu o sistema de cotas, mas deixou claro que o mesmo não é a solução. Porém, não se pode cair na armadilha de esperar que a solução ideal ocorra, e enquanto isso, não se fazer absolutamente nada. A UEL está preocupada com o seu papel social e mesmo enfrentando muitas lutas, assumiu seu compromisso implantando o Sistema de Cotas.

Outro a falar sobre o assunto foi o professor Almerindo Janela Afonso, que é sociólogo e Doutor em Educação, com especialização em sociologia da educação e políticas educativas que desde 1985 é professor da Universidade do Minho (Portugal), em uma visita a UEL no dia 24.08.2005, e questionado sobre o sistema de cotas, afirmou que entre não existir nenhuma política de discriminação positiva e existir uma política de discriminação positiva, o melhor é que a mesma exista. É melhor haver a implantação do sistema de cotas do que se deixar tudo como está, pois apesar de ser um paliativo, (visto que não resolve o problema social que é a raiz da questão) é melhor do que não se fazer nada.

Algumas questões foram levantadas no encontro com o professor Almerindo, como por exemplo:

Cotas é tampar o sol com a peneira?

Cotas é uma atitude paternalista?

É discriminatória?

Mas, quem tem o poder de ser tolerante?

É uma capa de democracia?

É dar instrumentos para que grupos aumentem o seu poder de melhorar sua condição de vida?

A educação não tem o poder de compensar os problemas sociais, mas ela pode fazer alguma coisa. Através da educação não podemos resolver os problemas sociais, mas a educação pode agravá-los ou minimizá-los.

Na UEL, como em todas as universidades, existe uma discrepância muito grande entre o número de alunos brancos e negros. Portanto, novas posturas se fazem necessárias para que a educação seja efetivamente um direito de "todos", como defendem os modelos universalistas.

Mesmo ao se levar em conta que o processo de afunilamento na educação ocorre em todo país, acreditamos ser necessário um estudo particular, no caso da UEL, onde a preocupação é a implantação do sistema de cotas para negros como uma estratégia possível, mas não a única, para se combater a discriminação racial.

Enfim, dar oportunidades, criar novos debates através de interações no contexto pedagógico universitário, trabalhar a auto-estima dos alunos negros e principalmente abrir novos espaços criando precedentes para uma nova realidade social.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação Brasileira

Segundo Romanelli (2005), ao se pensar sobre a Educação Brasileira percebe-se que desde o Brasil Colônia a ação educativa se processou da seguinte forma: de um lado a organização social e, de outro, o conteúdo cultural que foi transportado para a Colônia, através da formação dada pelos padres. Para ter acesso ao ensino era necessário fazer parte de uma minoria proprietária de terras, mas as mulheres e os filhos primogênitos que deveriam futuramente dirigir os negócios do pai, a estes não seria dado o direito à escola, apenas uma instrução básica. Portanto, era limitado o grupo de pessoas que recebiam a educação escolarizada que era totalmente transmitida pelos padres jesuítas que aplicavam um ensino que visava os ideais de "homem culto".

Já no século XIX, o Brasil viu emergir uma camada intermediária que dela saíam indivíduos ligados à política, uma pequena burguesia que desempenhou um papel importante na evolução da política no Brasil monárquico e nas transformações por que passou o regime no final do século e isto graças a educação escolarizada.

Com a República a educação escolarizada devido a então heterogeneidade da sociedade, fica entre a educação da classe dominante e a educação para o povo. Tornando-se leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos. Porém, o ensino eclesialístico permanece na esfera privada.

Já no período militar, de acordo com Germano (1993), este se caracteriza não somente como época de consolidação e apogeu do autoritarismo, mas também de realização de reformas institucionais, inclusive no campo da educação, o enfoque era preparar a mocidade para a vida do seu tempo, servindo ao desenvolvimento social da Empresa brasileira, pois o capitalismo exigia que a educação se voltasse para o mercado de trabalho, seguindo o ideário do "capital humano".

A prática escolar vem historicamente criando modelos teóricos de compreensão que pressupõe a educação como mecanismo de conservação e reprodução da sociedade (Luckesi, 2005).

Na década de 30, era defendida pelos Pioneiros, a gratuidade, a laicidade e a obrigatoriedade do ensino primário, contrapondo-se as propostas da Igreja Católica, que lutava para manter a sua hegemonia.

A escola para o Estado seria instrumento para a disseminação da ideologia da nova burguesia que defendia a idéias de que o desenvolvimento do país seria capaz de produzir bem estar independente de classe social. Nesta perspectiva a educação tinha a função de preparar os jovens, futuros trabalhadores para a construção do progresso do país, tendo em seu a função ideológica de ajustamento dos jovens às profissões.

Posicionamento que na época nos apresenta uma perspectiva evidentemente positivista de uma sociedade aparentemente justa e harmoniosa. De acordo com esta ideologia, o ser humano e as Instituições precisavam adaptar-se a ela, reforçando a ideologia de suposta neutralidade dominante.

A partir do Movimento dos pioneiros da Escola Nova que nos anos 20 impulsionou o debate educacional com as idéias de John Dewey, idéias inspiradoras da Escola Nova, em 1932, surge o Manifesto dos Pioneiros, apresentando novas propostas para a política da Educação Brasileira.

O compromisso da escola deveria ser o de preparar os jovens para o trabalho e para as competições. A Escola Nova, na verdade propunha o atendimento das necessidades da sociedade capitalista, que ora se formava, pregando a convivência democrática, mas sem discutir as questões da sociedade de classes.

Neste período a industrialização nacional foi fortemente impulsionada pelo poder estatal no que se refere à formulação de políticas e no esforço direto de industrialização.

Diante de toda esta mudança, o sistema produtivo da época necessitava formar mão-de-obra qualificada, o que proporcionou a Reforma Capanema que reflete o momento econômico pelo qual o Brasil passava, no sentido da implementação do processo de industrialização. A educação visava duas vertentes, onde uma era marcada por um ensino para as elites dirigentes e outro ensino voltado às classes populares as quais possuíam baixa escolaridade e que por meio de uma habilitação profissional que formava a mão-de-obra necessária ao processo de produção. As atividades educacionais se inseriam no universo da ideologia do Estado Novo, o que acabou por organizar uma estrutura básica do sistema nacional de ensino, em que se organizou o ensino secundário, subdividido em técnico industrial, comercial e agrícola.

Nos anos 50, acontece o Movimento em Defesa da Escola Pública, que foi caracterizado por defensores da escola pública, propondo a democratização do ensino com garantias de oportunidades para todos.

De acordo com Buffa a efetivação da proposta que deveria ser socializado: "(...) de modo que a população pudesse usufruir dos benefícios do desenvolvimento industrial, bem como a modernização do sistema educacional, pela aplicação de métodos científicos aos problemas educacionais, dentro dos princípios da escola nova". (1988, p. 32).

Ainda existiam os defensores da escola particular, que eram liderados pelos educadores católicos que defendiam a liberdade de ensino, a orientação humanística e religiosa das escolas, onde o financiamento das escolas particulares deveriam receber subsídios do Estado o que poderia favorecer alguma gratuidade no ensino particular.

Para Libâneo: "(...) coincidem com os interesses dos políticos e empresários de sustentar uma ordem social como características oligárquicas e uma escola elitista". (1984, p.59).

Na atualidade, é triste perceber que ainda existem muitas injustiças sociais, vivemos num país rico, mas repleto de pobreza. A educação é um caminho para tornar o

nosso país mais justo e igualitário, pois em outros países que já investiram pesado na mesma, o resultado é comprovadamente um sucesso para toda a sociedade.

Ação Afirmativa: estratégia de se combater a discriminação

Ao escolher como objeto de investigação o sistema de cotas para negros na UEL, uma entre várias políticas de ação afirmativa, é necessário esclarecer o que são as políticas de ação afirmativa que foram criadas como mecanismo de combate às desigualdades raciais.

As ações afirmativas nasceram nos Estados Unidos depois da década de 60 e consistem em ações positivas que objetivavam compensar erros do passado para com os negros, como a violência da escravidão e o racismo.

Desta forma, as ações afirmativas nada mais são do que um conjunto de ações que concentram suas forças na tentativa de correção da situação de desvantagem imposta aos negros historicamente e, favorecer uma promoção de uma sociedade democrática.

Ação afirmativa é um conceito que indica que, a fim de compensar os negros e outras minorias (...) pela discriminação sofrida no passado, devem ser distribuídos recursos sociais como empregos, educação, moradias, etc. de forma tal a promover o objetivo social final da igualdade (Walter, 1995, apud Vieira p.86, 2003).

Ação afirmativa como prática política difere em sua natureza, podendo ser considerada tanto como políticas de ação afirmativa emanadas do Estado, quanto como iniciativas de ação afirmativa criadas e organizadas pela sociedade civil. Ao se pensar essa cisão Estado/sociedade, pode-se observar melhor as ações afirmativas dentro do contexto das políticas sociais. Tanto nos Estados Unidos como em qualquer outro país que assumiu compromissos com a prática da discriminação positiva, os movimentos civis é que obrigaram uma postura do Estado. (Vieira, 2003)

Já no Brasil, o movimento negro vem desde a década de 60, discutindo a importância das ações afirmativas, além de organizarem-se politicamente pressionando o Estado para sua implantação.

A ação do Estado para criação de políticas de ação afirmativa é recente, mesmo porque não se considerava o Brasil como um país racista, de acordo com Florestan Fernandes (1965), o Brasil tem vergonha de ter preconceito.

Alguns apontamentos sobre o histórico da legislação brasileira relativa aos negros na Educação

No Decreto número 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos negros.

Já o decreto número 7.031-A, de 06 de setembro de 1878, se estabeleceu que os negros só podiam estudar no período noturno.

Na Constituição de 1988, ficou consagrado um amplo enfoque à discriminação e a busca pela promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento, a busca por um Estado democrático, o Brasil dá ênfase à cidadania e a dignidade da pessoa humana.

Ao se analisar dados que apontam as desigualdades entre brancos e negros na educação, o governo federal a partir do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, constatou a necessidade de políticas específicas que revertam o quadro atual, reconhecendo a necessidade de intervir de forma positiva, assumir o compromisso de eliminação das desigualdades raciais, dando novos rumos a esta problemática.

Assim foi sancionada em março de 2003, a Lei número 10.639/03 MEC, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da busca pela eliminação das desigualdades raciais.

O Brasil e a discriminação racial

O Brasil foi constituído por uma grande diversidade cultural, formando assim uma sociedade multicultural. As desigualdades sociais construídas ao longo da história com base na exploração econômica, violência e escravidão gerou um modo de pensar e agir minado de desigualdades.

Para melhor compreensão desta situação, vamos analisar alguns conceitos necessárias para uma melhor visualização da realidade que nos cerca:

- ? Discriminação;
- ? Preconceito;
- ? Racismo;
- ? Discriminação: é separação, distinção. É o nome que se dá para a conduta (ação ou omissão) que viola os direitos das pessoas com base em critérios

injustificados e injustos, tais como: a etnia, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros.

- ? Preconceito: é um conceito antecipado, opinião formada sem reflexão, discriminação racial. Vem das palavras "pré" e "conceito", ou seja, é um conceito que é formado antes que se saiba do que se está falando. Pode-se definir preconceito como uma indisposição, um julgamento prévio negativo que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos (atributos dirigidos a pessoas e grupos, formando julgamento a priori, um carimbo e uma vez carimbados, os membros de determinados grupos, ficam marcados e passam a ser avaliados não apenas pelas suas reais qualidades, mas sim pelo seu carimbo).
- ? Racismo: Teoria da pureza da raça ou da separação das mesmas; segregacionismo. No Brasil a classificação das pessoas se dá pela cor da pele e não por sua origem racial, o que acarreta uma diferenciação entre negros e pardos, como se tratassem de naturezas diferentes raciais. Esta diferenciação entre pretos e pardos tem sido questionada por vários estudiosos e por militantes do movimento negro, separando pretos e pardos, significaria, de certa forma, subdividir uma população que na verdade, apresenta trajetória e destino sociais bastante semelhantes, apesar dos pardos usufruírem muitas vezes de condições de vida melhores do que os negros.

O fato é que a sociedade brasileira sempre se caracterizou pela negação da diferença entre as raças através do silêncio, como se o não falar fizesse as diferenças raciais não existirem, o que ao longo do tempo acabou criando o "mito" de que vivemos numa democracia racial, além da Constituição do País, em seu primeiro artigo constar que somos iguais perante a lei, independentemente de sexo, classe social, etnia, religião, etc...

Segundo Ianni (1966), no caso do negro, "a própria situação existente nasce, em larga parte, do fato da desigualdade racial ser percebida, explicada e aceita socialmente como algo natural, justo e inevitável, como se a ordem social competitiva não alterasse o antigo padrão de relação entre o negro e o branco. Assim, as representações ideológicas surgem nitidamente como técnicas de dominação: ou seja, de preservação de estruturas estabelecidas, geralmente arcaicas.

Mas, o que se vê é um disfarce das desigualdades raciais, onde a população branca possui privilégios em detrimento da população negra.

De acordo com Florestan Fernandes (1965), o negro jamais encontrou no branco um ponto de apoio efetivo as suas tentativas de tomadas de consciência e de melhoria de sua situação histórica social.

Preconceito racial também chamado de racismo, são brancos contra negros, negros contra amarelos, amarelos contra brancos... todo o mundo contra todo o mundo. Pode aparecer em forma de piadas ou mesmo numa não contratação de trabalho devido a cor do sujeito. Racismo é crime, e ocorre quando alguém ofende outra pessoa em função de sua cor.

Os princípios mais importantes da democracia racial são a ausência de preconceito e discriminação racial no Brasil e, conseqüentemente, a existência de oportunidades econômicas e sociais iguais para brancos e negros (HASENBALG, 1970, p. 242).

Quando o discurso tende a determinar a identidade do indivíduo social pelos lugares geográficos de origem, o termo a se utilizar é etnia, ou seja, a etnia é tomada no discurso sociológico, através do lugar geográfico de origem.

Objetivos:

Objetivos gerais:

1 - Compreender historicamente as razões que levam a existir um número tão reduzido de alunos negros nas Universidades.

2 - Desenvolver um estudo histórico do sistema educacional brasileiro, buscando compreender a realidade atual em relação a exclusão dos estudantes negros e o que o sistema de cotas para os mesmos têm de positivo e de negativo.

Objetivos específicos:

1 - Analisar as decorrências históricas que promoveram a exclusão no sistema educacional brasileiro. E, em relação ao sistema de cotas para negros nas universidades, analisar as ações afirmativas multirraciais, a partir de março de 2003, quando foi sancionada a Lei número 10.639/03 MEC, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e o que se vem sendo feito a este respeito desde esta data.

2 - Refletir a organização do trabalho pedagógico no processo de construção da consciência de valores étnicos dos estudantes afro descendentes.

3 - Perceber pontos de vista dos profissionais da educação, bem como dos alunos negros cotistas na perspectiva das discussões da implantação e eficiência do sistema de cotas para alunos negros na UEL.

4 - Contribuir com levantamentos de informações sobre o sistema de cotas para alunos afro descendentes na UEL, visando dar subsídios para que outros pesquisadores que venham futuramente a se interessar pelo assunto, possam encontrar recursos para fazerem novos estudos relativos as questões multiculturais no contexto universitário.

5 - Observar perspectivas, possibilidades, práticas e outras questões que possam favorecer a inserção de alunos afro descendente nas Universidades brasileiras.

Metodologia

O estudo a ser realizado partirá de questionamentos relativos a implantação do sistema de cotas para alunos negros na UEL. Para isto será necessário uma série de ações de pesquisa, construindo um panorama dos acontecimentos que envolveram tal implantação.

A fonte principal de pesquisa será o jornal de circulação interna da UEL intitulado “*Notícia da UEL*”, que acompanhou todos os movimentos, todos os números, todos os debates, enfim, será através do jornal “*Notícia da UEL*” que será extraída indicações de como se deu a implantação do sistema de cotas para negros na UEL. E, a partir deste instrumento de pesquisa, outras fontes serão consultadas com a finalidade de esclarecer e dar subsídios para a busca principal deste trabalho que é tentar refletir sobre os motivos que levaram a UEL a implantar o sistema de cotas para alunos negros. Para isto, outros documentos também poderão ser analisados, assim como também poderão ser utilizados depoimentos com pessoas que participaram ativamente de todo o processo e por isso conhecem profundamente todas as questões que envolveram e envolvem esta delicada questão.

Nesta perspectiva, os elementos a serem investigados utilizarão a pesquisa qualitativa, considerando elementos como: motivos, culturas, valores, atitudes, história, crenças e outros. Porém, é importante destacar que os dados quantitativos e qualitativos

interagem de maneira dinâmica, desta forma poderão caminhar juntos durante a pesquisa.

Instrumentos de pesquisa que serão utilizados:

- ? Análises do jornal “Notícia da UEL”, buscando fazer um mapeamento dos fatos que envolveram todo o processo de implantação do sistema de cotas para alunos negros na UEL, a partir de discussões que ocorreram no ano de 2003, chegando até sua implantação em 2004 e por fim os debates que ocorreram desde a sua implantação até o momento.
- ? Pesquisas bibliográficas, onde se buscará a contribuição de autores que já se debruçaram sobre questões multirraciais.
- ? Pesquisas relativas as políticas de ação afirmativa na educação.
- ? Depoimentos de pessoas que participaram do processo de implantação do sistema de cotas para alunos negros na UEL.
- ? E caso se faça necessário, também serão utilizados outros instrumentos de pesquisa.

Considerações finais:

O "sistema de cotas" sozinho, talvez não possa resolver a questão da exclusão dos negros das universidades, sendo necessário que outras estratégias sejam pensadas para que efetivamente as minorias tenham seu lugar na sociedade, visto que a sociedade é espaço de "todos" e cidadania não é só para alguns.

Mas, se o "sistema de cotas" sozinho talvez não resolva o problema da exclusão dos negros nas universidades, pelo menos é um começo, pois a partir dele novas e diferentes estratégias modificadoras poderão ser pensadas, visto que o negro desde a abolição da escravatura ainda não tem de fato o seu lugar na sociedade, embora que esta sociedade também lhe pertença.

Lembrando que não são apenas os negros que sofrem com a discriminação e com o preconceito na escola, mas também os pobres, os portadores de necessidades especiais, os índios, os homossexuais, os gordos, os magros, os que usam óculos, enfim as atitudes preconceituosas é que devem dar lugar ao respeito e a inclusão. O que

pretende-se para o futuro é que os grupos excluídos na educação escolarizada, seja ela nas séries iniciais até a universidade, possam ter a "possibilidade" de participação, que a diversidade seja encarada com respeito e que a inserção social dos mesmos se torne uma realidade.

Muitos criticam o "Sistema de Cotas", mas poucos estudos foram feitos a este respeito, o que encontramos escrito na sua maioria são opiniões pessoais, dadas sem um estudo aprofundado da questão. Portanto se faz necessário que seja investigado de forma científica os efeitos desta problemática na sociedade.

É fácil apenas dizer: sou contrário ao sistema de cotas; ou sou a favor do sistema de cotas, o difícil é buscar compreender o que realmente é o sistema de cotas e o que ele tem de positivo ou de negativo. Desta forma é necessário que sejam feitas investigações sobre este tema, principalmente porque a UEL já o adotou, saindo na vanguarda juntamente com a UFPR, UNB, UEMS, UFRJ, UNEP... .

E ouvindo os representantes destas instituições pioneiras das "cotas" que estiveram falando sobre o assunto na UEL no dia 09.06.2005, todos confirmam que o sistema de cotas possibilita uma modificação social como um todo e não apenas dos cotistas. Novas reflexões foram feitas a partir do sistema de cotas, passando a conseguir agregar valores na sociedade que antes não se tinha, pois o rendimento acadêmico não tem cor.

Para eles chega de dizer que a entrada de negros e índios diminui a qualidade do ensino, pelo contrário enriquece o mesmo, cotas ajuda a combater a discriminação.

Outro ponto que foi levantado é que os alunos de escolas particulares concorrerão no vestibular com alunos de escolas particulares, já os alunos de escolas públicas concorrerão com alunos de escolas públicas, o que tráz uma democratização ao ensino. Cotas significa reservar vagas, facilitando o acesso à Educação e desta forma resgatando valores , criando consciência e exigindo direitos.

Enfim, o assunto é polêmico mas necessário, lembrando a real situação do negro na educação brasileira, no Censo 2000 consta que 78,5% de alunos nas universidades são brancos e 0,23% são negros e somando negros e pardos 1% da população do ensino superior no Brasil.

Desta forma, mecanismos e estratégias são necessários para levar os alunos negros até as universidades? E como mantê-los nas universidades? Como a sociedade receberá estes profissionais? São inúmeras as perguntas ao se tratar deste tema, portanto vamos nos ocupar em tentar respondê-las? Existem vários caminhos para buscar

responder tais questões e um deles é a proposta deste projeto: um estudo sobre a implantação do sistema de cotas para alunos negros na UEL.

Referências

BUFFA, E. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo, Cortez, 1988.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo. Ed. Dominus, 1965.

FREIRE, P. **Conscientização: Teoria e Prática de Libertação.** São Paulo, Moraes, 1980.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil.** Petrópolis: Ed. Vozes, 29^a ed., 2005.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

IANNI, Octavio. **Raças e Classes Sociais no Brasil.** R.J., Civilização brasileira, 1966.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para que?** São Paulo: Nobel, 2000.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** São Paulo: Cortez, 2005..

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** Petrópolis: Ed. Vozes, 29^a ed., 2005.

VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. **Políticas de educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política.** MEC 2003. Org. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto. In.: **Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a justiça econômica.**